

EM VÃO, O GALO AVISA QUE É DIA: A ABOLIÇÃO DO TRABALHO E A CARREIRA DO ARTISTA

DOI: 10.33871/sensorium.2024.11.9554

Pedro Andrada¹

Resumo: O trabalho não expressa apenas uma relação de dominação concreta, baseada na exploração dos trabalhadores e na extração de valor. O trabalho é igualmente uma forma de dominação abstrata, capaz de moldar subjetividades e crenças. Em um primeiro momento, o artigo almeja localizar conceitualmente dois tipos de posicionamento crítico diante da recusa ao trabalho. De um lado, certas correntes que buscam salvar e reformar o trabalho e, de outro, aquelas que desejam a abolição completa da forma-trabalho. Em seguida, atenta-se para algumas expressões da dominação abstrata do trabalho, como ela condicionaria, especificamente, a construção de sujeitos e as percepções do tempo, desejo e progresso. Finalmente, o texto encerra com algumas particulares considerações a respeito da profissão do artista e como o imperativo ontológico do trabalho afetaria diretamente a própria prática artística no contexto neoliberal mais recente.

Palavras-chaves: trabalho; recusa; artista; absenteísmo; ócio

IN VAIN, THE ROOSTER ANNOUNCES THAT IT IS DAY: THE ABOLITION OF LABOUR AND THE CAREER OF THE ARTIST

Abstract: Work not only expresses a relationship of concrete domination, based on the exploitation of workers and the extraction of value. Work is also a form of abstract domination, capable of moulding subjectivities and beliefs. At first, the article aims to conceptually locate two types of critical positioning in the face of the refusal to work. On the one hand, certain currents that seek to save and reform labour and, on the other, those that want the complete abolition of the work-form. It then looks at some expressions of the abstract domination of labour, how it specifically conditions the construction of subjects and perceptions of time, desire and progress. Finally, the text closes with some particular considerations about the artist's profession and how the ontological imperative of labour directly affects artistic practice itself in the most recent neoliberal context.

Keywords: work; refusal; artist; absenteeism; idleness

¹ Doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV) da Escola de Comunicação e Artes/Universidade de São Paulo (ECA/USP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7021231364456215>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4145-9745>. Artista Visual e Educador, formou-se em Ciências Sociais (2010) e em Artes Plásticas (2015) pela USP. Em 2018, concluiu o mestrado em Poéticas Visuais e atualmente cursa o doutorado na mesma instituição, onde se esforça, dia após dia, procurando amenizar a contradição de pesquisar (trabalhar) os temas da improdutividade e recusa ao trabalho.

EN VANO, EL GALLO ADVIERTE QUE ES DE DÍA: LA ABOLICIÓN DEL TRABAJO Y LA CARRERA DEL ARTISTA

Resumen: El trabajo no sólo expresa una relación de dominación concreta, basada en la explotación de los trabajadores y la extracción de valor. El trabajo es también una forma de dominación abstracta, capaz de moldear subjetividades y creencias. En un primer momento, el artículo pretende situar conceptualmente dos tipos de posicionamiento crítico ante el rechazo al trabajo. Por un lado, ciertas corrientes que buscan salvar y reformar el trabajo y, por otro, las que quieren la abolición completa de la forma-trabajo. A continuación, se examinan algunas expresiones de la dominación abstracta del trabajo, cómo condiciona específicamente la construcción de los sujetos y las percepciones del tiempo, el deseo y el progreso. Por último, el texto se cierra con algunas consideraciones particulares sobre la profesión del artista y cómo el imperativo ontológico del trabajo afecta directamente a la propia práctica artística en el contexto neoliberal más reciente.

Palabras clave: trabajo; rechazo; artista; absentismo; ociosidad

1. Reformar e abolir

Na sociedade produtora de mercadorias, trabalhar é o cruzamento onde tudo começa e termina, verbo intransitivo que condiciona a própria noção de humanidade. É no local de trabalho onde se experimenta, de forma imediata e inequívoca, a síntese condensada das mais variadas mecânicas de poder, sejam elas atravessadas por categorias de gênero, raça, sexualidade e classe. O piso da fábrica, os entediantes escritórios e copas de cozinha são exímios laboratórios para a prática reprodutiva do poder. “O trabalho produz não apenas bens e serviços econômicos, mas também sujeitos sociais e políticos. Em outras palavras, a relação salarial gera não apenas renda e capital, mas também indivíduos disciplinados, sujeitos governáveis, cidadãos dignos e membros responsáveis da família” (Weeks, 2011, p.8, tradução nossa).

O trabalho é também, para além das aparências, uma forma de dominação abstrata, que permeia “toda a existência social até os poros do cotidiano e da existência privada” (Krisis, 2020 p.45). Vivencia-se o trabalho como uma categoria trans-histórica, que atravessa distintas temporalidades e organizações sociais, que antecede a própria experiência. O trabalhador, entre a mercadoria que se eleva como sujeito e o culto santificado ao produtivismo, transfigura-se em “material humano”, peça dessubjetivada e ínfima parte de uma cadeia incontrolável. Nesse contexto, tornar-se sujeito significa, paradoxalmente, ser considerado um objeto do valor.

A ardilosa e recorrente concepção de que o trabalho é uma categoria ubíqua, de que a essência do ser humano passa forçosamente por produzir, leva-nos automaticamente a dois importantes questionamentos: o trabalho seria apenas uma atividade neutra que é, por assim dizer, “pervertida” no capitalismo? Os seres humanos são, de fato, sujeitos-produtores feitos para dominar racionalmente o mundo natural? (Hemmens, 2019, p.41). As possíveis respostas para essas indagações fazem entrever duas posições críticas diante da recusa ao trabalho, que por vezes coexistem, mas também se manifestam como abordagens opostas. De um lado, a crítica que procura “preservar” o trabalho, enquanto utilidade “concreta”, associada, direta e indiretamente, ao mito do *Homo Faber* e da dominação racionalista da natureza, como uma atividade universal e progressista (Hemmens, 2019, p.39). De outro, há a ruptura ontológica com a forma-trabalho, que questiona a universalidade abstrata do conceito e o reposiciona como uma realidade social imposta historicamente. Essa crítica associa-se, por sua vez, ao *Homo Ludens*, à improdutividade contemplativa e à qualidade da preguiça. Para Allastair Hemmens, pode-se extrair e encontrar as duas posições na própria obra de Marx.

1.1 Salvar o trabalho

É possível associar o primeiro modelo crítico a certo marxismo ortodoxo e a uma abordagem implicitamente positivista. O trabalho, enquanto atividade filiada ao valor de uso, é compreendido de maneira essencialista. Tal pensamento herda do Iluminismo a compreensão de que o trabalho é uma parte inerente da Razão, é o dispêndio de energia capaz de transformar e dominar tudo aquilo que o cerca, alçando o homem a mestre possuidor da natureza. O trabalho não seria forçosamente problemático, mas é possível que o seja sob certas condições históricas, políticas. Mais que uma atividade neutra, o trabalho é constituinte do humano, ainda que, historicamente, esteja sujeito a diferentes expressões de estranhamento. Nas palavras de Marx, “...como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (Marx, 1985, p.50). O trabalho, dessa maneira, pode ser regenerado se a estrutura econômico-política passar por uma reformulação, bloqueando a expropriação de valor por parte dos capitalistas; trata-se de uma crítica baseada no problema da distribuição desigual das riquezas sociais operando, sobretudo, categorias conceituais como as de mais-valia e luta de classes.

Para Kathi Weeks, esse primeiro posicionamento, comprometido com o produtivismo e os valores do trabalho, expressa-se por meio de dois principais paradigmas: a modernização socialista e o humanismo socialista (Weeks, 2011, p.82). A modernização socialista centra seus esforços na superação da exploração, mas, ainda que busque reformular as relações de produção, sua crítica à formação capitalista é um tanto insuficiente. Nesse modelo, a disciplina do trabalho continua a ser um valor fundamental para combater a suposta inerente preguiça, egoísmo e pensamento pequeno-burguês do homem moderno. O comunismo, estágio final do processo revolucionário, seria somente um “novo” modo de administrar e regular economicamente as mesmas estruturas industriais e modos de produção edificados pelo capitalismo. A utopia da modernização, segundo Weeks, encontra sua expressão máxima na obra de Lenin e em sua conhecida fascinação pela administração Taylorista.

O humanismo socialista, por sua vez, centra-se na crítica ao trabalho alienado e uma de suas principais obras teóricas é o livro “O Conceito marxista do homem”, publicado por Erich Fromm em 1961, no qual é possível notar o impacto dos Manuscritos de Marx, então recém-descobertos. O trabalho, livre do estranhamento que lhe é inerente na sociedade capitalista, é considerado como a mais alta expressão criativa do indivíduo. O socialismo viria então reconciliar a atividade humana, reconciliar essência e existência, homem e natureza. Seu objetivo “é restaurar a dignidade e o valor do trabalho, e não contestar seu status como pilar do valor social” (Weeks, 2011 p.87, tradução nossa).

1.2 Largar o trabalho

O segundo modelo de recusa está diretamente relacionado à “crítica do valor” marxiana, e pode ser encontrado em outra parte de sua teoria, como um sistema radicalmente contrário ao trabalho. Nesse recorte, Marx considera o trabalho “uma categoria intrinsecamente destrutiva, fetichista e antissocial da síntese social” (Hemmens, 2019, p.44, tradução nossa). Para além da dominação concreta de grupos sociais sobre outros, o trabalho é uma dominação abstrata que mascara a forma-valor e sua mecânica totalitária. A principal expressão da dominação abstrata do trabalho reside no fato de que as pessoas não

decidem de antemão o que elas gostariam ou necessitariam produzir, muito menos sob que condições deveriam produzir. “Não se trata aqui da determinação comum sobre o sentido e o fim da própria atividade” (Krisis, 2020, p.20). Diferentemente da primeira concepção, a crítica ontológica ao trabalho vai além da análise sobre a exploração, alienação e a desigualdade no sistema capitalista. Ela é uma crítica categorial, como sugere Moishe Postone. Não há trabalho a ser salvo, pois o próprio conceito é expressão da lógica do valor, do fetichismo e da submissão da vida ao capital.

O trabalho é, por essência, atividade não livre, inumana, associal, determinada pela propriedade privada e criadora de propriedade privada. A superação da propriedade privada chega à realidade somente quando é concebida como supressão do trabalho, uma supressão que, naturalmente, somente se torna possível pelo trabalho, isto é, pela atividade material da sociedade, e não deve ser entendida como troca de uma categoria por outra (Marx, 1975, p. 279).

A potência dessa segunda concepção crítica é, portanto, a ruptura imparcial com a forma-trabalho, evidenciando a dimensão de sua arbitrariedade sócio-histórica. A crítica marxista autonomista dos anos 1970 foi provavelmente o mais expressivo momento da recusa absoluta ao trabalho. Afastando-se do modelo da modernização e da crítica humanista ao trabalho, os autonomistas reivindicavam não a melhoria do trabalho, mas o fim da subordinação da vida ao trabalho.

+++

A dupla tipificação da crítica ao trabalho, rapidamente mencionada acima, retoma, uma vez mais, a clássica oposição entre as políticas de ruptura insurrecional e as políticas prefigurativas que se orientam pela reforma das estruturas. E, apesar das duas concepções, em certa altura, entrarem em conflito, elas muitas vezes coexistem e expressam o desejo de suprimir a falta de determinação dos sujeitos. Ademais, cada posição carrega também suas desvantagens. Quanto aos defensores da fratura incendiária, o perigo está no próprio sectarismo que suas posições podem engendrar. A armadilha da reforma, por sua vez, é se perder na pavimentação do caminho e contentar-se com mudanças quantitativas, esquecendo o projeto antissistêmico que se encontrava na gênese da transformação. Entre riscos e bloqueios, é possível compreender as duas críticas ao trabalho como estágios de intensidade, progressões, e que, mesmo a refutação apenas pontual e histórica da categoria trabalho, independentemente de seus limites conceituais, já é, por si, um desencantamento.

Porém, ressalvas à parte, a crítica ao trabalho que só avança até o ponto da reforma, e que se concentra apenas no aspecto alienante do trabalho, mas ignora sua dominação ontológica e abstrata, mostra-se um tanto mais inócua. Uma das evidentes barreiras desse tipo de estratégia prática reside no fato de que sua linguagem e preocupações foram todas absorvidas e facilmente processadas pelos discursos gerenciais dos departamentos de recursos humanos (Weeks, 2011, p. 105). O amor ao trabalho, autenticidade, compromisso com o coletivo, auto-direcionamento, responsabilidade e bem-estar do trabalhador são palavras hoje esvaziadas de senso crítico, desgastadas pelo falatório do *manager*. A crítica não pode se restringir à exploração ou à degradação alienante das condições contratuais de trabalho, é preciso também encontrar estratégias para superar o trabalho enquanto um imperativo ético e moral, encontrar outras ferramentas para dismantlar a casa do mestre, que não sejam as ferramentas do mestre, como diria Audre Lorde.

O trabalho, entretanto, é uma convenção social tão firmemente estabelecida que a simples hipótese de qualquer configuração alternativa soa como um desvario adolescente, uma utopia patológica. A defesa

da abolição incondicional do trabalho é comumente relegada aos discursos impossíveis e sua porosidade conceitual é muito menor que projetos de cunho reformista. Mas, em sua arguição, o que a sociedade do trabalho produziu? Milhões de pessoas vivendo entre a guerra e a fome, retiradas de seus territórios originais ou obrigadas a viver rodeadas por lixões, lama tóxica e pilhas de plástico retorcidos. Rios e alimentos envenenados, desertos de soja transgênica, pessoas obcecadas na construção publicitária de si, dopadas pelo prazer esvaziado de eletrônicos produzidos sob sangue e miséria. O progresso que a sociedade do trabalho gorjeia tem o timbre próprio das trombetas apocalípticas e evidências não faltam.

Robert Louis Stevenson dizia que os ociosos podem irritar profundamente aqueles que o cercam. Sua indiferença ao sistema moral do trabalho soa como uma intragável arrogância para os que aceitam a glória pela competição. “É duro trabalhar e chegar ao topo e, ao fim de tudo, encontrar a humanidade indiferente às suas conquistas” (Stevenson, 2021, p.10). Para ele, ademais, é um engano achar que o ócio é o simples fazer nada. Ao contrário, trata-se do fazer muito, fazer tudo aquilo que é objetado pelas classes dominantes, valorizar todas as atividades humanas que escapam da dominação do trabalho.

O desdém dos ociosos, no entanto, é apenas um entre os diversos motivos que bloqueiam a aderência ao fim do trabalho. Considerar a abolição do imperativo produtivista como uma via concreta passa, primeiro, pela compreensão das distorções fetichistas que a forma-valor – mascarada pela forma-trabalho – produziu historicamente e, segundo, pela identificação de possíveis aplicações diretas da recusa ao trabalho no cotidiano, a fim de que certas atividades possam continuar a existir sem necessariamente operarem sob a lógica hegemônica do valor. Por agora, gostaria de atentar para algumas expressões da dominação abstrata do trabalho, mais especificamente, como o trabalho determina e condiciona as atividades humanas, a construção de sujeitos e a percepção do tempo, desejo e progresso.

2.1 A distorção do tempo

Um dos principais condicionamentos infligidos pela moderna concepção do trabalho recai sobre o conceito do tempo.

O tempo da produção do valor é homogêneo, é o tempo da equivalência universal. Independente das características, processos, finalidade ou tecnologia, as mais variadas atividades encontram-se equiparadas pela abstração da forma-trabalho. No império das mercadorias, somente diferenças quantitativas são reconhecidas, isto é, unidades de tempo-valor, e nenhum outro aspecto qualitativo ou simbolicamente compartilhado é geralmente notado. O valor de uso, nesse caso, é irrelevante. Fabricar tanques de guerra ou cobertores não importa, a prioridade de uma atividade sobre a outra é especificamente determinada pela sua capacidade máxima em extrair valor. Portanto, o trabalho em si conjuga diferentes atividades sob a abstração do tempo universal, permitindo generalizá-las como dispêndio de energia indiferenciada. O tempo deixa de ser tempo vivido, sentido e experimentado, transforma-se em unidade quantificável de trabalho morto. Subjugado à produção de valor, ele é fracionado em unidades controláveis. Cada pequeno movimento é formatado pela latência de sua capacidade produtiva, com o propósito final e fetichista de transformar a energia morta dispendida em uma quantidade maior dela mesma. Tragado por esse espiral tautológico, a concepção de tempo encontra-se achatada pela mecânica de autoexpansão do valor excedente.

A compreensão do tempo homogêneo, como medida de energia gasta na produção de valor, traz consigo largas implicações que ultrapassam o campo estritamente econômico. Mesmo atividades de manutenção da vida, como cozinhar, dormir, exercitar-se, ou os passeios contemplativos são experimentados exclusivamente sob a ótica produtivista, sob a fissura do rendimento. Estão determinadas por métricas, melhorias, progressões e metas de alcance. O cotidiano se transfigura numa caderneta contábil, na qual

tarefas e obrigações financeiras se superpõem sem que haja um fim, pois a própria vida se torna uma lista de acoplamentos muito pouco desejáveis. Uma sociedade hiperventilada, que jamais se permite fazer menos, nem malfeito, ou sequer com demora. Pelo contrário, faz-se rápido e sempre, de forma obsessivamente extenuante. É o “culto da eficiência” de que fala Bertrand Russel em seu ensaio “O elogio ao ócio”, capaz de transverter até mesmo o conhecimento em instrumento de poder e dinheiro. Uma das bases do “culto da eficiência” é justamente a crença de que a “ação é sempre melhor que a inação”. O tempo do trabalho, além de sua homogeneidade social utilitarista, é um nervo acelerado. Valor, acumulação, concorrência e alta velocidade.

O tempo acelerado é também o tempo do adiamento do prazer; é uma promessa, que faz com que eu aceite certos trabalhos não-remunerados, que escreva um projeto de edital, atualize trinta diferentes versões de portfólio, ou gaste dinheiro para organizar exposições e comprar materiais de arte de pH neutro. É, na tipologia freudiana, expressão do “princípio da realidade”. Seus cálculos só projetam o futuro. Os professores de marketing, influenciadores e *coachs* de sucesso amam repetir: “uma marca é uma promessa” ou “uma boa marca é uma promessa cumprida”. Nada mais óbvio para uma sociedade financeirizada que faz da perspectiva futura do lucro/desejo um de seus principais “ativos”. E, se o trabalhador cada vez mais se compreende como uma marca a ser gerenciada, pressionado pelas obrigações do design de si e do empresariamento como paradigma de socialização, ele só pode pertencer ao pesado futuro da promessa, seu gozo mora no amanhã e a computação de seus gestos só querem o prazer hoje adiado. O futuro, contudo, pode ser muito largo, dentro dele cabe sempre uma mercadoria a mais, um sacrifício a mais. Se o princípio da produção capitalista, como se observa, é simplesmente a acumulação autotélica de mais capital, o trabalhador, também ele, precisa espremer o tempo, romper os limites do presente de modo contínuo e infinito.

As apostas no colapso capitalista baseiam-se em múltiplas evidências, mas quase todas falam de uma deformação do tempo. As teorias mais populares passam, por exemplo, pelos limites especulativos sobre o lucro futuro, isto é, a concretude ou a falta dela no mercado financeiro global; pelo crescente endividamento e o lançamento de créditos; e, sobretudo, pelo aumento exponencial de capital investido na produção, que ao mesmo tempo restringe o trabalho vivo por meio da automatização das linhas produtivas, dificultando que toda essa produção seja integralmente consumida. O tempo de trabalho para produzir uma mercadoria passa a ser cada vez menor devido às pressões da concorrência e, conseqüentemente, à implementação de novas tecnologias na produção. Para compensar o tempo-valor menor agregado a cada produto, mercados consumidores são expandidos e novos desejos estimulados. Os produtos são mais e mais substituíveis, seja por sua obsolescência, seja pelos truques publicitários. No entanto, as inovações capitalistas para expansão do consumo raramente acompanham a velocidade megalomaniaca da produção.

Ao diminuir o tempo necessário para produzir uma mercadoria, os produtores devem compensar sua perda de valor, vendendo uma quantidade suficiente para cobrir o tempo-valor economizado. É uma pressão ininterrupta sobre o tempo, que marca a dinâmica do sistema e seu caráter destrutivo. “É mesmo a causa da destruição aparentemente inevitável do planeta; o desenvolvimento tecnológico implica sempre mais material para criar a mesma quantidade de valor” (Hemmens, 2019, p. 63, tradução nossa).

2.2 Acumulação e competição

A pressão produtivista não esgota apenas o ecossistema, mas arruína também laços sociais e subjetividades de maneira profunda. Como a própria condição do sujeito é um subproduto da abstração do trabalho e se vincula diretamente à capacidade de acessar o mercado de bens, é natural que princípios

regentes na produção moldarão a vida íntima do trabalhador, suas interrelações mais pessoais e a compreensão de si mesmo, de sua existência. Novos ordenamentos jurídico-institucionais que permitem o avanço do capitalismo fundam também dispositivos de controle da população e de suas condutas. O sistema econômico de produção não se limita às esteiras da fábrica, ele é também, como Marx chegou a intuir, “um sistema antropológico de produção” (Dardot e Laval, 2016, p.26). Seu produto mais bem acabado é o “homem-empresa”, subjetividade que recapitula alguns dos princípios fundamentais do sistema de produção do valor-pelo-valor, conjunto de normas que domesticam mentes e corações.

Primeiramente, o processo de subjetivação individual tem como motriz o princípio da acumulação, baseado no fato de que nenhuma quantidade de valor jamais será suficiente a ponto de desacelerar seu processo de obtenção, de que haverá sempre mais a desejar e conquistar apenas pelo simples prazer acumulador, contido na detenção de quantidades cada vez mais vistosas de valor, gozo e poder. O sujeito que daí emerge é insaciável, ele não deseja chegar a um modelo ético socialmente compartilhado, sua busca é única e exclusivamente a própria superação de si. Depreende-se que a incapacidade de satisfação produzirá nesse sujeito grandes doses de ansiedade. Seus esforços não enxergam um desfecho estável e a incompletude de seu desejo vai se expressar de múltiplas maneiras angustiantes, como a necessidade de aprimoramento contínuo ou, pior, o sentimento persecutório de que está sendo sabotado e preterido injustamente. No contexto de uma economia hiper conexionalista, em que o cotidiano particular é a todo instante filtrado e traduzido por ferramentas de comunicação como as redes sociais, o princípio de acumulação expressa-se de maneira ainda mais intrigante, pois haverá sempre mais seguidores a alcançar, mais restaurantes a visitar, países e praias paradisíacas a fotografar. Não há qualquer parâmetro que, nesse constante jogo comparativo, não possa ser esgarçado.

É nesse sentido que o desejo pela acumulação se associa diretamente a um segundo mecanismo, a competitividade. Um dos principais regramentos da racionalização de mercado, a concorrência é, no discurso econômico liberal, o mais potente catalisador do progresso. O princípio da competição foi, pouco a pouco, moldado como uma verdade biológica universal, baseado em teorias esdrúxulas e observações contaminadas. Atuando diretamente no processo de subjetivação, cada escolha é calculada em reação ao movimento do outro, a fim de suplantá-lo. O desejo se manifesta tão somente como desejo do outro, ou, melhor, desejo de expropriação do desejo alheio. O gozo, nessa circunstância, é mesurado pela contabilidade de extremos, na qual duas partes não podem conviver mutuamente com as mesmas quantidades de valor extraído.

No sistema produtivo, o mandamento da competição e a lógica da concorrência levam amiúde ao mesmo resultado, concentração de poder. Apesar da crença de que os mercados, sem restrições ou regulações, acabam estimulando o crescimento mútuo entre concorrentes, o que se nota, de fato, é a formação de monopólios regida pela lei de atração do capital pelo capital. Assim como na economia, o processo de subjetivação marcado pela competitividade deseja apenas que nenhuma outra força coexista, que mais ninguém seja capaz de gozar na mesma intensidade. É o sentimento de ir elegantemente vestido a uma festa e encontrar outro convidado com a mesma peça de roupa. A concorrência, no fundo, deve ser eliminada, seja por meio da sabotagem, do plágio, roubo ou da maledicência.

Numa sociedade que aceita aberta, explicitamente, e de maneira - é preciso dizer - amplamente consensual que o lucro seja o único motor viável para fazer funcionar a coletividade, pode-se dizer que a corrupção está na ordem do dia de maneira imediata. Afinal, se ganhar o máximo de dinheiro possível é a norma, fica difícil dizer que não é verdade que todos os meios sejam válidos (Badiou, 2017, p.17).

Por fim, em um contexto onde o pressuposto social vigente é a superação do outro, não se pode prever nenhuma vantagem em associações colaborativas que não sejam instrumentalmente calculadas.

3. A recusa do trabalho

“Nenhum emprego é tão duro como nenhum” foi o lema da exposição de cartazes organizada em 1998 pela Divisão de Coordenação Federal da Iniciativa dos Desempregados da Alemanha (Krisis, 2020, p.11). A mensagem é bastante clara, nada pode ser pior do que viver sem dinheiro. Sem ele, nada se come, nada se bebe, sequer é possível locomover-se para além dos esforços dos pés, que, desnutridos, também não irão muito longe. É uma merda não ter dinheiro. A frase, porém, é cinicamente perversa. Ela afirma: aceite sorrindo a miséria que temos a oferecer, pois, de outra maneira, seu calvário será ainda mais brutal do que as ocupações degradantes que estão à mesa.

Mas a verdade é que nenhum trabalho é melhor do que nenhum; a verdade é que se é feliz longe do trabalho ou fora de seus espaços controlados, ao deixar as fábricas e escritórios ou quando surgem as férias, finais de semana, uma gripe ou diarreia. Pois o dinheiro, enfim, é como um vale-preguiça, um papel que, em quantidade satisfatória, fornece o direito de não trabalhar, descansar, comer bem e conhecer diferentes horizontes. Ainda que a acumulação fetichista desse *voucher* preguiça torne-se um fim em si mesmo, tal incoerência não encobre o fato de que a própria finalidade do trabalho acaba sendo a obtenção de meios para evitar a labuta ou explorar – contratar – a força de trabalho alheia para fazer aquilo que não se deseja.

Porém, não obstante a ojeriza que provoca, o trabalho é ainda capaz de sustentar um enorme séquito de fiéis. Seu culto se estende pelos seis continentes e penetra todas as classes sociais. A abolição do trabalho é um assunto proibido, desautorizado inclusive entre certas fileiras da esquerda. Até mesmo no hino da Internacional, de Eugène Pottier, há cravado o verso “*L'oisif ira loger ailleurs*” (literalmente, “os ociosos irão se alojar em outro lugar”), no qual o adjetivo *oisif* serve como sinônimo para os expropriadores não pertencentes à classe trabalhadora. “O proletariado levantou a bandeira: *quem não trabalha, não come*; Lyon, em 1831, sublevou-se por *chumbo ou trabalho*, os federados de março de 1871 declararam o levante da *Revolução do trabalho*” (Lafargue, 2021, p.92-93). Numa total inversão, os operários, grupo historicamente condenado à imposição do trabalho, começam agora a reivindicá-lo como um direito e também um dever a ser estendido para todas as classes, em especial às classes ociosas e saciadas da burguesia.

Mais do que enxotar os preguiçosos, tal parcela da esquerda, ao menos a parte que se organiza para ocupar o poder em vez de destruí-lo, procura alçar o trabalho à condição essencial do homem. Nos programas dos ‘partidos operários’, o objetivo “foi sempre ‘libertar o trabalho’ e não ‘libertar-se do trabalho’”. (Krisis, 2020, p.20). Ainda, certa esquerda política produziu uma espécie de hiperidentificação com o trabalho, separando o “trabalho honesto” do que classificam como os desvarios dos bilionários perversos, dos especuladores sanguinários do mercado financeiro.

Analisando as proposições de Charles Fourier, influente socialista do começo do século XIX, nota-se que sua crítica em relação ao trabalho é igualmente circunstancial e seletiva. As pessoas não gostam de trabalhar porque foram forçadas a ocupar posições que não escolheram e a realizar atividades extremamente repetitivas. Em sua utópica sociedade, todos se organizariam em falanstérios – construções comunais onde cada um trabalharia conforme suas paixões. Para Fourier, basta os desejos se alinharem. O trabalho é detestável porque foi desvirtuado pela sociedade capitalista. Esse tipo de visão naturalista em relação às características intrínsecas do homem produtor está na origem de sua proposta de “trabalho atrativo”, que se fia nas noções de criatividade e prazer. As tarefas produtivas já não seriam fragmentárias

e cada um poderia escolher voluntariamente onde se engajar, porque o trabalho seria mesmo uma forma de socialização, motivo de uma grande festa. Solucionar a crise do trabalho passa pelo simples acréscimo de um adjetivo, de fazer da excrescência do trabalho algo “atrativo”, baseado, sobretudo, em uma atividade lúdica que se aproximaria do jogo. A preguiça, portanto, na visão de Fourier, é apenas uma das expressões negativas do capitalismo, que, em sua sociedade, a Harmonia, seria devidamente suprimida. Sua crítica ao trabalho vai até certo ponto, desconsiderando os efeitos negativos da forma-valor como um princípio abstrato e arbitrário. Ela é, como é possível identificar em boa parte do pensamento da esquerda partidária, uma “crítica empírica do trabalho abstrato” (Hemmens, 2019, p.127), incapaz de atacar as bases de sua fundação.

Em 1970, o comitê dos trabalhadores do porto Marghera, na Itália, publica um interessante texto-manifesto, intitulado “A recusa do trabalho”, no qual defendem que a verdadeira liberdade do homem só será atingida quando todos tiverem o que comer, vestir e maneiras de satisfazer seus desejos sem a obrigação de trabalhar. Para eles, a sociedade já disporia de tecnologia suficiente a fim de tornar o trabalho um fato secundário e irrelevante na vida das pessoas. O impedimento reside, em grande parte, na falsa narrativa sobre a neutralidade do progresso tecnológico, aceita passivamente pelos próprios trabalhadores e sindicatos. Nessa falaciosa versão dos fatos, o avanço das inovações científicas e a substituição do trabalho humano por máquinas haveria de descambar em menos postos de trabalho. A verdade é que a redução do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir, ao menos nessa sociedade, jamais proporcionará uma vida melhor para a maioria das pessoas e, como se sabe, ela só será capaz de expandir duas coisas, a quantidade de mercadorias e a destruição da natureza.

Parcelas consideráveis da esquerda ainda hoje nutrem esperanças de que o acúmulo tecnológico libertará, por si só, o homem do trabalho alienado, de suas necessidades e urgências. Porém a trajetória percorrida pela tecnologia segue o próprio padrão autorreferenciado do sistema produtivo. Ela, assim como o poder ou o valor, procura apenas perdurar, reproduzir-se infinitamente, a fim de que consiga aprimorar seu código-fonte ou sua eficiência na execução de tarefas. A tecnologia não é viva, é coisa morta, não há intrinsecamente nada na tecnologia que possa frear sua marcha.

Para os trabalhadores do porto Marghera, a finalidade da revolução comunista não é distribuir o lucro social de maneira mais justa, mas “superar as relações de produção capitalistas que criam o lucro”. No lugar das demissões em massa, toda implementação tecnológica deveria, portanto, proporcionar uma redução imediata na jornada de trabalho. A título de exemplo, quando um novo maquinário reduz o tempo de produção pela metade, em vez de demitir metade dos trabalhadores e continuar com a outra metade realizando a mesma jornada de horas de antes, seria absolutamente factível diminuir a jornada de todos trabalhadores em 50%. O que impede tal movimento óbvio é a crença na necessidade imperativa do trabalho, de que não há vida sem disciplina, sofrimento e resiliência. “Os trabalhadores não são contra as máquinas, mas contra aqueles que usam as máquinas para fazê-los trabalhar” (Comitê operário, 2016).

Ainda, a redução das jornadas e da relevância produtivista sofre, segundo afirmam no texto, uma enorme resistência devido ao fato de que o trabalho é principalmente uma forma de controle político, uma arregimentação anímica e disciplinar, instrumento necessário a fim de envergar expressões contestadoras da ordem produtivista vigente. Argumentam que os capitalistas estão mesmo dispostos a perder dinheiro e adotar medidas contra o próprio avanço tecnológico apenas para manter postos de trabalho desnecessários com o intuito de sustentar o julgo e controle político sobre os trabalhadores. São capazes de pagar salários para que pessoas fiquem postadas ao lado de máquinas, tão somente para realizar a manutenção da violência capitalista e o condicionamento do homem à mercadoria. O investimento é pela renovação da crença ao trabalho.

É preferível criar, portanto, uma vasta gama de ocupações estúpidas, desnecessárias e cretinas apenas para manter o feitiço no ar, como forma de afiançar o sistema de valorização do valor. O argumento de que o vigente sistema produtor de coisas precisa se atualizar por meio de atividades esvaziadas de sentido desnuda a folclórica crença de que o capitalismo é um sistema capaz de otimizar a alocação dos recursos escassos, de que o modelo-empresa é o paradigma da eficácia. Num rápido golpe de vista, fica claro que considerável parte dos postos atuais de trabalho é completamente prescindível de existir, sem que, com isso, haja mais miséria ou desemprego.

Como expressão cristalina da paradoxal ineficiência produtivista, nota-se as inúmeras profissões e subseções dentro do campo publicitário e do mundo digital recentemente inventadas, como o *designer* de *motion graphics*, gerentes de tráfego online, vendedores e marketeiros de ‘tendências’, os futuristas (*foresighters*), analistas de *bigdata*, gestores de crise, influenciadores etc. Ou, ainda, a proliferação de atividades e estruturas ligadas aos serviços de entrega, como é o caso das *dark kitchens*, restaurantes fantasmas, e as empresas de *concierge* em geral. São remodelagens que sustentam a dominação abstrata do trabalho, disseminando a falsa sensação de que a sociedade se desenvolve e progride, tutelada por indicadores numéricos autorreferenciados, como os índices de produção ou as reações de bolsas e mercados financeiros. No entanto, essa sociedade entrega destruição e extração ilimitadas, a fim de produzir uma variedade imensa de lixo cultural, alimentos intoxicados e quinquilharias disfuncionais.

O “cálculo abstrato do dinheiro” não somente aloca mal os recursos, mas destrói tudo que bloqueia a produção de valor, seu horizonte é supérfluo como uma planilha contábil. “Só por razões empresariais, materiais de construção e alimentos dão três vezes a volta ao globo, apesar de poderem ser facilmente produzidos localmente e sem longas rotas de transporte”. (Grupo Krisis, 2020, p.60). A sociedade do trabalho segue uma única diretriz, a dilatação irrestrita da forma-valor. Um povo inspirado, como diria Rimbaud, “pela febre e pelo câncer”.

4. O trabalho de artista

A prática artística, considerando algumas de suas especificidades, adequa-se perfeitamente bem à dominação abstrata do trabalho. A mercadoria de arte, o objeto de arte, enquanto manifestação estética desprovida de um “valor de uso” evidente, é elasticamente propícia a especulações sem sentido em torno da quantidade de “valor” que ela comportaria.

O artista, até pela própria natureza social do campo, sente de forma intensa a subjetivação capitalista. O mercado das artes é nervoso, agitado, ele pode, conforme seu desejo, repor “peças” com grande velocidade se comparado a outros meios de produção de bens simbólicos, como o teatro, a música ou o cinema. Uma obra de arte pode ser produzida em segundos ou multiplicada infinitamente sofrendo apenas pequenas variações, e as regras subjacentes ao que pode ou não definir um trabalho de arte são tão flexíveis quanto a imaginação e o discurso permitem. Dito em outras palavras, o meio das artes visuais é um excelente cadafalso para a cristalização de capital como forma de rendimento. O dinheiro pode se agarrar a literalmente qualquer coisa, tijolos empilhados, cubos de gelo, pedaços de plástico velho, um vídeo de acesso restrito, espaços vazios, silêncio etc.; o suporte simbólico é irrelevante do ponto de vista econômico. Depois, o artista não depende necessariamente do trabalho coletivo, sua prática é centrada sobre si mesmo e as decisões são tomadas individualmente. Quanto mais sua obra apresentar traços distinguíveis, quanto mais ela imprimir uma ‘marca’ única, coerente e identificável, tanto maior será sua adequação às normas mercadológicas. Nesse sentido, os artistas procuram, ainda que involuntariamente, materiais específicos para trabalharem durante toda a vida, ou formas que possam caracterizá-los, como

uma paleta de cores específica, ornamentos geométricos, técnicas e procedimentos particulares etc. Assim, aqueles que escolhem trabalhar com linguagens diferentes entre si ou de forma colaborativa podem colocar-se em embate com os princípios de especialização do trabalho, no caso, poético. Afinal, trabalhos concebidos espontânea e coletivamente por um grupo heterogêneo de artistas nem sempre assumem uma forma bem acabada ou expressivamente marcante. A produção coletiva é um tanto esquizofrênica e passa por uma série de negociações que dificultam o reconhecimento de estilos atrelados a um indivíduo-artista²

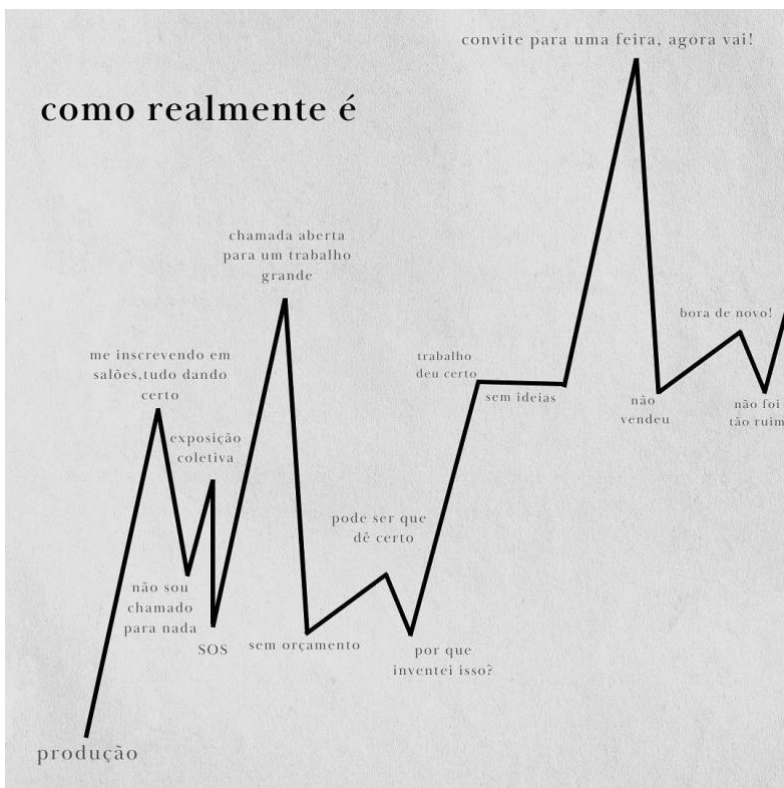
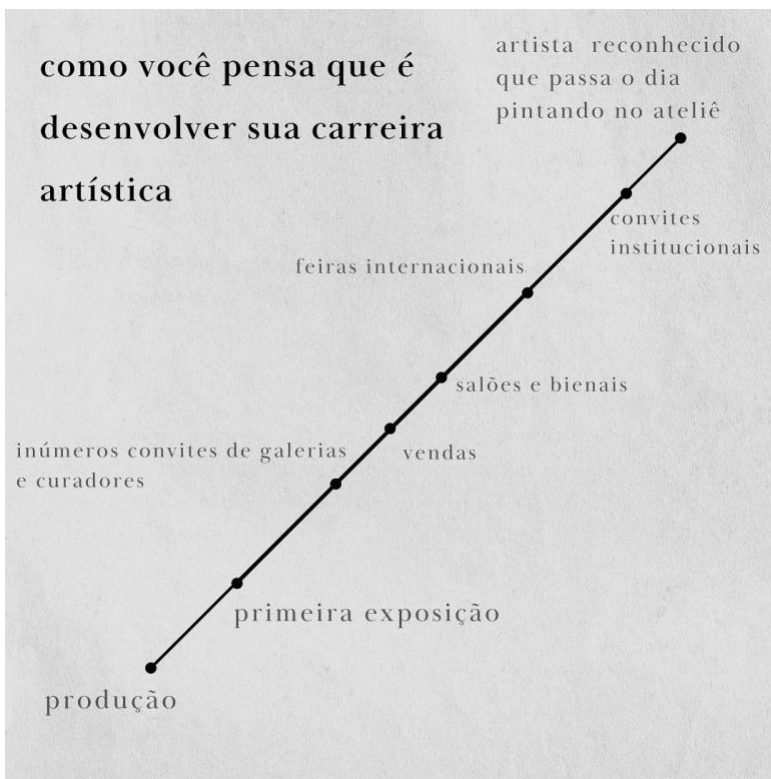
Nosso artista hipotético, que busca reconhecimento comercial e simbólico, então percebe que ele, tal como uma empresa, deve perseguir certa coerência de marca se quiser atingir seus objetivos. Pois, como é suposto, a cadeia de valorização do valor só se completa no mercado de troca, quando a mercadoria encontra seu comprador. Caso contrário, o trabalho que serviu para produzi-la é invalidado, trata-se de um valor não realizado.

Como chefe de si mesmo, gestor, *designer* e *social media* de sua própria marca, o artista tende a se transformar em um grande fazedor de portfólios, trabalhando voluntariamente em aplicações e projetos para que, eventualmente, receba pela execução de algum. Não é mera coincidência que o conceito de *Portfolio Career* [carreira de portfólio] tenha sido largamente utilizado na enciclopédia gerencial, anos antes da popularização do termo *Gig Economy*, para descrever a fluidez dos contratos de trabalho, seu caráter precário, temporário, assim como a necessidade de manter múltiplos e variados empregos para ganhar a vida.

O sujeito neoliberal não pode perder, porque é a um só tempo o trabalhador que acumula capital e o acionista que desfruta dele. Ser seu próprio trabalhador e seu próprio acionista, ter um desempenho sem limites e gozar sem obstáculos os frutos de sua acumulação, esse é o imaginário da condição neossubjetiva. (Dardot e Laval, 2016, p.373)

Atravessado pelo imperativo neoliberal do desempenho, o artista busca o aprimoramento profissional. Nos grandes centros urbanos em particular, onde a concorrência se faz mais vistosa, é possível notar um aumento recente na oferta de cursos de acompanhamento de artistas e consultoria para projetos artísticos. Os professores/acompanhantes prometem fornecer ferramentas técnicas, como certos modelos para a construção de portfólios conforme situações específicas, estratégias de comunicação, leitura e interpretação de editais, assim como escrita para projetos. Consultorias personalizadas traçam metas e compartilham regras de etiqueta para conseguir uma vaga em galerias comerciais. Muitas chamadas para inscrições costumam alardear que não basta ser artista, é preciso saber comunicar, compartilhar e mostrar o trabalho, que, portanto, não se deve romantizar a profissão. Nesse contexto, o processo criativo em si é plenamente subordinado à finalidade profissional, à edificação da carreira.

² Evidentemente, o trabalho coletivo por vezes opera também como um indivíduo-artista. Trabalhar em grupo, por si só, não exclui a hipótese de orientar a produção artística a partir de critérios marqueteiros ou próprios a um departamento de branding.



Figuras 1 e 2: Slides de um curso de acompanhamento para artistas

A profusão dos cursos de gestão, ou ‘acompanhamento de projetos’, é indício dos mais recentes deslocamentos semânticos na carreira artística, sobretudo a inclinação ao gerenciamento de si. Grupos de estudo, oficinas, ateliês coletivos cedem espaço a esse outro tipo de ‘ação educativa’, se assim é possível chamar. Por sua vez, os artistas e curadores que oferecem acompanhamentos são igualmente pressionados pela subjetividade financeira e contábil do homem-empresa, pelo alto rendimento em seleções e editais e na venda comercial de seus trabalhos. Muitas vezes, encontram no compartilhamento de saberes uma forma de conseguir sustento e poderiam ainda advogar que a transmissão de conhecimento é essencialmente uma ferramenta crítica, pois compartilha estratégias e segredos acumulados com pessoas que talvez não tenham a mesma experiência ou que não tenham atingido sucesso em seus objetivos profissionais. Entretanto, os saberes transmitidos nesses contextos resumem-se à exigência da competitividade, à gerência da carreira e outras técnicas de ‘sobrevivência’. Por mais que se trate de uma partilha, de um encontro, seu conteúdo é roto, termina por submeter a prática artística ao utilitarismo financeiro, reforçando a precariedade da subjetivação produtivista, como se o artista devesse se adequar à acumulação autorreferenciada e à competição irrestrita para existir socialmente.

Esse tipo de discurso, que se ergue em defesa de um pretense pragmatismo, é capaz de anular uma das principais ferramentas críticas da arte, a saber: sua arrogante ineficácia diante das exigências da forma-valor, sua inadequação e despropósito econômico. Não se trata apenas de falta de sentido, como a invenção de máquinas patafísicas, mas sim de uma inutilidade do ponto de vista econômico, de uma atividade que não tenha como exclusiva finalidade a produção autotélica de capital. Sob tal condição, a arte surge como um “espaço para a desfuncionalização de subjetividades: as singularidades emergem aí emancipadas de qualquer utilidade. Como um espaço puramente estético, o mundo da arte abriga uma crítica potencial da organização geral da sociedade e da organização do trabalho em particular” (Claire Fontaine, 2016, p.29).

5. Da abstinência ao absentismo

Nem a austera ética do protestante nem o desejo do sucesso social. O trabalho só pode ser um mal necessário, o semblante que sustenta a sociedade produtivista-destrutivista. É preciso desfazer-se do mito do bom trabalho. “O ponto de partida não pode ser nenhum novo princípio abstrato geral, mas apenas o asco pela própria existência como sujeito do trabalho e da concorrência, e a rejeição categórica de ter de continuar a funcionar dessa forma em um nível cada vez mais miserável” (Grupo Krisis, 2020, p.53). Recusar o trabalho é refutar todo um amplo sistema de ideias, é recusar-se a conceber a natureza como um reservatório de “recursos”, a mesurar as interrelações pessoais como se fossem carteiras de investimento.

Colocar-se contra o trabalho, entretanto, é uma posição delicada. As escolhas nessa direção produzem, de partida, certo aperto monetário e um considerável grau de renúncia. Alguns ainda argumentarão que esse tipo de pauta é capricho de privilegiados, daqueles que podem abrir mão do trabalho pois contam com outras formas de garantir seu sustento básico. Mas é justamente pelo fato de uma maioria esmagadora da população ser incapaz de abandonar o trabalho sem morrer de fome que a arbitrariedade da obrigação se torna ainda mais necessária de ser confrontada.

A defesa da abolição ontológica ao trabalho não encontra sentido somente como um programa pragmático de atuação política, mas é também capaz de reprogramar percepções e estruturas afetivas, de ensejar práticas emancipatórias no plano micropolítico. Quando o artista, voltando ao nosso hipotético exemplo, deixa de orientar sua prática exclusivamente ao fornecimento de objetos e mercadorias para o emaranhado comercial das artes, ele pode ressignificar sua atividade: estará livre de ir a aberturas e falas

tediosas com intuito de constituir relações influentes, ele também economizará muitas horas sem precisar organizar portfólios ou escrever cartas motivacionais, perceberá que não é necessário comprar materiais caros para fazer arte – até porque ele não terá dinheiro para tal – e que seus trabalhos não precisam durar uma eternidade museológica. Ele será capaz de encontrar muito tempo para atividades contemplativas, sem se amargurar com a manutenção de sua carreira, e, assim, perceberia que ninguém liga muito para isso, a não ser ele mesmo; “que um homem publique três ou trinta artigos por ano, que termine ou não termine seu grande quadro alegórico, são questões que pouco interessam ao mundo. As filas da vida estão cheias; e embora mil caiam, sempre haverá outros para ocupar a brecha.” (Stevenson, 2021, p. 17).

Livre da pressão concorrencial e das medidas de austeridade autoimpostas, o artista sentiria a altivez e independência que o elogio à preguiça, segundo Lafargue, desperta nos homens. Seus movimentos cotidianos sintonizariam outros ritmos, sobretudo o da lentidão. Sem o cálculo utilitário atravancando sua vida, ele poderia se dedicar à “desespecialização”, contrariando as diretrizes profissionais em curso, que exigem do trabalhador a recapitulação obsessiva, obrigando-o a dizer as mesmas coisas, repetir os mesmos assuntos, pintar os mesmos temas e fazer esculturas com os mesmos materiais. Tanto o artista, quanto o acadêmico ou o médico são vigorosamente desaconselhados a experimentarem diferentes rumos, começarem novos estudos. William Morris afirmava que a “variedade de vida” é um dos reais objetivos do verdadeiro Comunismo, tão importante quanto a igualdade de condições (Ross, 2021, p.170).

Portanto, fora dos preceitos normativos da valorização do valor, todas as atividades ganhariam novos sentidos, desenvolvendo-se conforme o ritmo particular de cada pessoa e apoiando a construção de subjetividades diversas. Mesmo que não seja preciso saber o que fazer com o fim do trabalho, provavelmente, haveria um grande rearranjo dos esforços coletivos, pois sem a colonização de todos os aspectos da vida pelo capital, a sociedade estaria livre de profissões voltadas exclusivamente à retroalimentação do sistema produtor de mercadorias. Já não seriam necessárias atividades como especialistas de marketing e vendedores, representantes e redatores publicitários, policiais de fronteiras, assistentes sociais e administradores de pobreza, gerentes e fiscais de trabalho etc. Acabar com a sociedade do trabalho desencerraria energia suficiente para que coletividades se auto-organizem e instituam suas próprias formas de condução, para que decidam o que querem produzir e como e retomem, assim, a capacidade de projetar seu destino.

Proclamar a abolição ao trabalho e imaginar um futuro para a atividade humana que não passe pelo paradigma do trabalho não pode ser compreendido apenas como uma retórica radical. Falar sobre uma alternativa constantemente silenciada permite-nos reprogramar e criar, uma “atitude mental”, uma zona social capaz de “encarnar a utopia de uma comunidade que se desperta e se reorganiza fora do modelo predominante de intercâmbio econômico do trabalho e do salário” (Berardi, 2023, p.86, tradução nossa). O movimento será completo quando houver a superação do exército da abstinência, do precariado de reserva. Exército que produz o que é imposto por ordens alheias e não pelas necessidades e capacidades próprias, que se encontra exposto em um mercado de consumo para ele inalcançável, que alterna entre a desocupação miserável e grandes cargas de trabalho mal remunerado.

Da abstinência, então, para o absentismo. Como um enorme movimento de deserção, “que pode criar em todas as partes contrapoder, que pode transformar os microcomportamentos cotidianos de novos estratos de classe, que pode construir espaços liberados” (Berardi, 2023, p .39, tradução nossa). Um “exército absentista” preparado para rechaçar a fama, o sistema de valoração simbólico burguês e a vida subordinada ao trabalho, sem mediações ideológicas, que recusa submeter-se ao capital nas mais diferentes frentes, da escola aos escritórios e ateliês.

Bibliografia

- BADIOU, Alain. **Em busca do real perdido**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- BERARDI, Franco. **Medio siglo contra el trabajo**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2023
- CLAIRE FONTAINE. **Em vista de uma prática ready-made**. São Paulo: Glac edições, 2016.
- COMITÊ OPERÁRIO DE PORTO MARGHERA. **A recusa do trabalho**. Libcom.org, 2016. Disponível em: <https://libcom.org/article/recusa-do-trabalho-comitato-operaio-di-porto-marghera>. Acesso em: 03 de março de 2024.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- HEMMENS, Alasteir. **Ne travaillez jamais: La critique du travail en France de Charles Fourier à Guy Debord**. Paris: Crise et critiq, 2019.
- KRISIS. **Manifesto contra o trabalho**. São Paulo: Igra Kniga, 2020.
- LAFARGUE, Paul. **O Direito à preguiça**. São Paulo: Veneta, 2021.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- _____. **Draft of an Article on Friedrich List's Book Das nationale System der politischen Oekonomie**. In Karl Marx e Friedrich Engels. Collected Works, vol. 4 (1844-1845). Nova Iorque: International Publisher, 1975, pp. 265-293.
- ROSS, Kristin. **Luxo comunal: o imaginário político da comuna de Paris**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021
- STEVENSON, Robert Louis. **O elogio do ócio e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.
- WEEKS, Kathi. **The Problem with Work: feminism, Marxism, antiwork politics, and postwork imaginaries**. Durham: Duke University Press, 2011.